

## **“Ou o sal não salga, ou....”**

*\*Sérgio Carrara*

Em tempos de pânico moral todo o cuidado é pouco. Pânicos morais, como o que agora cerca o chamado kit anti-homofobia do Ministério da Educação, são como pântanos. Qualquer movimento para sair deles pode apenas nos empurrar ainda mais ao fundo. Para escapar de um pânico moral é crucial, em primeiro lugar, agarrar-se aos fatos. Em segundo, agarrar-se à lógica ou à razão, colocando questões diferentes daquelas formuladas pelos principais atores interessados em produzi-lo ou que, com o restante da população, nele permanecem presos.

Primeiro, os fatos. Há alguns anos o governo federal tem estabelecido as bases de uma política voltada a combater o preconceito sexual e, conseqüentemente, a discriminação e a violência que nele têm origem. Essa política envolve diferentes ministérios e a criação paulatina de uma série de novos dispositivos institucionais (como o Conselho Nacional LGBT, Centros de Referência contra a Violência Homofóbica, campanhas publicitárias etc.). Como a presidente Dilma Rousseff deixou claro ao ser interpelada por jornalistas: “O governo é contra a homofobia”. No contexto dessa política, o Ministério da Educação desenvolve algumas ações e projetos como o “Escola sem Homofobia”, do qual fazem parte os filmes que estão no centro do furacão. Em estreito diálogo com técnicos do ministério e grupos e redes LGBT, esse material tem sido desenvolvido por universidades e organizações da sociedade civil que, além de sérias, têm larga experiência nessa temática.

Com os esclarecimentos recentes do próprio ministro da Educação aos jornalistas, sabemos que esse material não era dirigido a crianças (não que elas não devam discutir o assunto), que seria distribuído seletivamente a escolas que estivessem enfrentando problemas de homofobia e que aguardava ainda a avaliação final do Ministério para sua efetiva distribuição. Absolutamente nada a ver com o que dizem os deputados que iniciaram a confusão. Sabemos igualmente que a demanda por projeto dessa natureza originou-se no próprio Congresso, apoiada pelo Ministério Público, que cobrava do governo ação mais enérgica no combate à violência por preconceito sexual nas escolas. Apenas essas informações, bem divulgadas, já teriam sido suficientes para frustrar a malícia e o oportunismo de quem aposta na desinformação e no medo para impor a todos suas convicções morais e religiosas. Aliviada, a sociedade se daria conta de que, enfim, o governo não está empenhado em corromper nossas crianças.

Porém, frente ao pânico que tinha a obrigação de extinguir o mais rapidamente possível, a ação do governo foi errática e confusa. Intempestivamente, Dilma manda “suspender” o material, embora não fique claro se o que se suspendia era sua produção, sua distribuição ou o convênio que lhe deu origem. Ao invés de simplesmente dizer que o material ainda estava sob análise e que tinha certeza de que a equipe do Ministério teria discernimento suficiente para impedir que qualquer ideia “inapropriada” fosse divulgada, a presidente condenou o resultado do projeto “Escola sem Homofobia” baseada no que teria visto na televisão como sendo supostamente parte do material a ser enviado às escolas. Para ela, o material “propagandeava uma opção sexual” e isso seria inaceitável. Fomos depois esclarecidos de que Dilma se referia a uma frase contida em um dos três filmes, eles mesmos apenas parte de um material mais extenso. A frase em questão corporificava os dilemas de um adolescente que, sentindo-se atraído igualmente por rapazes e moças, chegava à conclusão de que, afinal, ser bissexual não era lá tão

ruim, uma vez que, apesar do preconceito, seriam maiores suas probabilidades de encontrar alguém interessante. Estaria assim em vantagem em relação àqueles e àquelas que preferem apenas o mesmo ou apenas o outro sexo.

Então toda essa confusão se deve a uma simples frase contida em um material ainda em discussão pelo governo? Teria sido também por isso que deputados investiram tão ferozmente contra o ministro? Que estranho poder teria essa afirmação para provocar toda essa gritaria? Por que teria alarmado deputados preocupados com a moral e os bons costumes, colocando militantes em pé de guerra e exigindo o pronunciamento da mais alta autoridade da nação? Colocando bissexuais em posição privilegiada em relação a homo e heterossexuais, mais limitados em suas “opções” (para usar a expressão da presidente), a ideia pode até ser considerada infeliz. Mas, convenhamos, em um mundo em que certas orientações sexuais ainda são consideradas pecado, imoralidade e até doença, o que haveria de tão escandaloso nessa quase risível fabulação de um adolescente que procura ver alguma vantagem onde todos tendem a ver somente desvantagem? Isso não seria apenas um detalhe pueril, facilmente contornável em um material didático necessário e ainda em elaboração?

Como dito no “Sermão de Santo Antônio aos peixes”, do Padre Antonio Vieira, “ou o sal não salga ou a terra não se deixa salgar...”, podemos dizer que ou todo esse imbróglio esconde “tenebrosas transações” (como muitos acreditam), ou revela uma certa concepção sobre os considerados sexualmente diferentes que urge submeter à crítica. Os filmes (e aqui me refiro aos três) optaram por abordar a homofobia sem vitimizar homossexuais, travestis e bissexuais. Ou seja, ao invés de atacar os que vilipendiam ou desprezam tais grupos, escolheram valorizá-los, apresentando sua diferença como algo positivo. Aparentemente, nesse caso, como aliás no caso de mulheres, negros e populações indígenas, condenar a desvalorização social a que são submetidos ou valorizar a diferença que os torna objeto de injúria seriam apenas caminhos diferentes que conduziriam ao mesmo resultado. Combater a homofobia não significa reconhecer a homossexualidade como orientação sexual tão digna de respeito quanto a heterossexualidade? Mas esse raciocínio não parece se aplicar em relação à declaração de Dilma. Quando afirma que o governo “combate a homofobia, mas não propagandeia qualquer opção sexual”, parece dizer que a homossexualidade é uma espécie de defeito, uma desventura, um infortúnio; que não há nada de positivo nela. Como outros “deficientes”, homossexuais devem ter seu “problema” tolerado. Mas dizer que não se trata de um problema, como parece fazer o material do Ministério da Educação, seria incentivar a homossexualidade. Não estaríamos aqui apenas frente a uma espécie de tradução laica do mantra esquizofrenizante repetido *ad nauseam* por pastores e padres segundo o qual o pecador deve ser amado, mas não o pecado, ou seja, que homossexuais devem ser acolhidos, mas não a homossexualidade?

Ou talvez não seja nada disso que a presidente quis dizer. Talvez ela realmente considere heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade como orientações afetivo-sexuais igualmente válidas, igualmente merecedoras de respeito e dos mesmos direitos à cidadania. Então, para que o pânico moral seja realmente contido e para que os danos que já causou sejam reparados, ela deve vir a público dizer que os que afirmam ser a homossexualidade pecado, imoralidade ou doença, os que negam os direitos de cidadania a homens e mulheres homossexuais, como fazem os deputados responsáveis por esse lamentável imbróglio, estão implícita ou explicitamente “propagandeando” a heterossexualidade e que isso é também inaceitável. Que venha a público dizer que seu governo não combate apenas a barbárie homofóbica, mas defende a completa igualdade de direitos, fazendo suas as palavras de todos os juízes do STF quando decidiram sobre o estatuto das uniões homoafetivas. Sob pena de se misturar aos que consideram a

homossexualidade inferior à heterossexualidade e deram início a toda essa confusão, deve deixar claro que os motivos que a fazem condenar parte do material produzido pelo Ministério não são os mesmos dos bolsonaros e garotinhos.

Enfim, um país que foi capaz de produzir a lucidez implacável de um Padre Antonio Vieira, não pode exigir menos de seus governantes: que em nome da razão, da lógica e dos bons costumes mentais assumam suas posições claramente e digam com todas as letras o que pensam e as razões de suas decisões. Caso tais razões sejam da ordem do inconfessável, que se calem. Será constrangedor para o Governo se o pânico moral, irresponsavelmente implantado entre nós em torno desse projeto do Ministério, acabe se transformando em uma ópera bufa, em mais uma comédia de erros.

*\* Antropólogo, professor da UERJ e coordenador do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos*

*\* Esta é a versão completa do artigo editado publicado no jornal O GLOBO do dia 07/06/2011*